

4. CPR/AQ/2/23/DCP - Aquisição de gás natural e gás propano a granel para o fornecimento das instalações do Município de braga (Lote 1).

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (convite e caderno de encargos), tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: CPR/AQ/2/23/DCP - Aquisição de gás natural e gás propano a granel para o fornecimento das instalações do Município de braga (Lote1)

PROPOSTA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (convite e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

O (a) Chefe de Divisão

Anexos:

- 1. Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;**
- 2. Cabimento.**
- 3. Convite.**
- 4. Caderno de Encargos.**

Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo. A assunção de encargos plurianuais está autorizada pela Assembleia Municipal (sessão 18 de novembro de 2022), tendo sido a respetiva GOP aprovada na mesma sessão.


A chefe da DCP,

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação.

Remeta-se à próxima reunião de Executivo.

O Presidente da Câmara,


(Ricardo Rio)
23/10/23

1. Informação

Data

23/10/2023

Autor	Nome	Carreira/Cargo
		Técnica Superior

2. Dados Procedimento

	N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
	CPR/AQ/02/23/DCP	1.254.830,98€	365 dias
Objeto	Aquisição de gás natural e gás propano a granel para o fornecimento das instalações do Município de braga (Lote1)		
CPV	65210000-8 - Distribuição de gás		

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Seg.s	TOTAL
0,01€	1.254.830,97€	-	-	-	1.254.830,98€

3. Propostas de aprovação

- 3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.
- 3.2 Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP.
- 3.3 Da escolha do procedimento de **Consulta-Prévia – Acordo Quadro**, nos termos do artigo 259.º, n.º 1 do CCP na sua redação atual, nos termos do artigo 38.º do CCP
- 3.4 Da entidade a convidar, nos termos do artigo 113.º, n.º 1 do CCP.
- 3.5 Do gestor do contrato (art.º 290º-A):

- 3.6** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67.º, n.º1 do CCP, o qual poderá só entrar em funções caso seja apresentada mais do que uma proposta, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.
- 3.7** Do convite e do caderno de encargos, em anexo, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP.
- 3.8** Da delegação no júri, nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais, para a decisão sobre:
- 3.8.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento por via eletrónica;
 - 3.8.2** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
 - 3.8.3** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.8.4** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
 - 3.8.5** Notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, bem como a notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º do CCP;
 - 3.8.6** A prorrogação do prazo de apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 115º do CCP.
- 3.9** Delegação nos serviços do DF/DCP – Departamento Financeiro/Divisão de Contratação Pública, as competências acima delegadas no júri, caso este não entre em funções, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.

4. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, a necessidade deste serviço encontra-se justificada no ponto 4.1 da informação preparatória de início de procedimentos de contratação.

5. Cabimento Prévio N. Seq: RI 2949-84031; RI 2952-84032; RI2954-84033; RI 2956-84081.

6. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Critério Material	Para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro celebrados na modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP na sua atual redação, deve adotar-se a consulta prévia, pelo que deve a entidade adjudicante dirigir aos	Pretende-se o fornecimento de gás natural e gás propano para o Município de Braga, para tal foi escolhido o AQ-CIM CÁVADO de 2023, e para tal foram

	cocontratantes do acordo quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto desses contratos um convite à apresentação de propostas, circunscritas aos termos do acordo quadro a concretizar, a desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades da necessidade cuja satisfação se visa com a celebração do contrato – cfr. art.º 259.º do CCP na sua atual redação.	selecionadas as entidades do Acordo-Quadro para o Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão e o Lote 3 – Gás Propano a Granel O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 1 254 830,98 €, IVA excluído.
--	---	---

Da escolha do procedimento nos termos da modalidade de Acordo-quadro para o fornecimento de gás - AQ-Gás 01/2023 da CC-CIMC - Central de Compras da CIMC, criada através de deliberação, de 6 de abril de 2015 do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado, e de deliberação da Assembleia Intermunicipal de 28/04/2015, ao abrigo do disposto no artigo 260.º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada, doravante designado por CCP) e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro, na sua redação atualizada, com o objeto e atribuições definidos no seu Regulamento Orgânico e de Funcionamento, publicado em Diário da República n.º 110, de 8 de junho de 2015, com o n.º 316/2015;

7. Escolha da(s) entidade(s) a convidar

N.º	Entidade
1	Rubis (513108890)
2	PETROGAL, S.A. (500697370)
3	Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal (980245974)
4	Gold Energy - Comercializadora de Energia, SA (507857542)
5	DOUROGÁS NATURAL - COMÉRCIO DE GÁS NATURAL E ENERGIA, S.A.(509828698)
6	REPSOL GÁS PORTUGAL, UNIPessoal, LDA (507039440)
7	EDP Comercial, SA (503504564)

8. Fundamentação do Preço Base

O preço base do presente contrato foi definido de acordo com o preço médio das propostas classificadas no Acordo-Quadro para o fornecimento de gás - AQ-CIM Cávado 01/2023 de acordo com a seleção dos concorrentes para os Lotes 1 e 3, conforme demonstrado na tabela infra:

Lote: Nº 1: Baixa pressão				EDP Comercial - Comercializadora de Energia, S.A.	Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal	Gold Energy - Comercializadora de Energia, S.A.	Petróleos de Portugal - Petrol, S.A.	DouroGás	Valor Médio - Preço Base
Ref.º	Descrição Artigo	Unidade	Tipo Artigo	PT503504564	PT980245974	PT507857542	PT500697370	PT509828698	
BP1	Baixa pressão Escalão de consumo 1 (0 a 220 m3/ano)	kWh	Produto	0,1910	0,2000	0,1500	0,3000	0,063	0,1808
BP2	Baixa pressão Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano)	kWh	Produto	0,1910	0,2000	0,1500	0,3000	0,063	0,1808
BP3	Baixa pressão Escalão de consumo 3 (501 a 1.000 m3/ano)	kWh	Produto	0,1910	0,2000	0,1500	0,3000	0,063	0,1808
BP4	Baixa pressão Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	kWh	Produto	0,1910	0,2000	0,1500	0,3000	0,063	0,1808
BP5	Baixa pressão Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	kWh	Produto	0,1910	0,2000	0,1500	0,3000	0,063	0,1808
BP6	Baixa pressão Escalão de consumo maior ou igual a 100.001 m3/ano	kWh	Produto	0,1910	0,2000	0,1500	0,3000	0,063	0,1808

Lote 3 - Gás Propano a Granel				EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal	Gold Energy - Comercializador de Energia, S.A.	Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A.	REPSOL GÁS PORTUGAL, UNIPessoal, LDA	RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A.	
Ref.ª	Descrição Artigo	Unidade	Tipo Artigo	PTS03504564	PT980245974	PTS07857542	PTS00697370	PTS07039440	PTS13108890	Valor Médio - Preço Base
GPG	Gás Propano a Granel	kWh	Produto				0,1147	0,1067	0,1670	0,1295

Lotes/Concorrentes	RUBIS	REPSOL	PETROGAL	EDP	ENDESA	Dourogás	Gold Energy
Lote 1 - Gás Natural Canalizado			0,3000	0,1910	0,2000	0,0630	0,1500
Lote 2 - Gás Natural a Granel			0,3000				
Lote 3 - Gás Propano a Granel	0,1670	0,1067	0,1147				
Lote 4 - Gás Propano em Garrafas		61,7600	60,7254				
Lote 5 - Gás Butano em Garrafas		22,7100	24,0020				

9. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- Convite (115.º)
- Caderno de Encargos (42.º a 49.º)

10. Encargos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2023 e seguintes, 18 de novembro de 2022 (Órgão Deliberativo).

11. Júri do Procedimento

Função	Nome	Serviço/Divisão
Presidente		DMOSM
Membros efetivos		DMOSM
		DCP – Divisão da Contratação Pública
Membros suplentes		DMOSM
		DCP – Divisão da Contratação Pública

12. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
	DCP – Divisão da Contratação Pública

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

14. Isenção de Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei 98/97, de 26 de agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, os contratos de arrendamento, bem como os de fornecimento de água, gás e eletricidade ou celebrados com empresas de limpeza, de segurança de instalações e de assistência técnica, estão isentos de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

15. Anexos

- a. Cabimento.
- b. Convite.
- c. Caderno de Encargos.

16. Assinatura

O Gestor do Procedimento,

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**AQ - CONSULTA PRÉVIA****Índice**

1. Identificação do Procedimento.....	2
2. Objeto do Procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do procedimento.....	2
6. Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	2
7. Preço base.....	3
8. Fundamentação do preço base	3
9. Documentos que constituem a proposta	3
10. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem.....	3
11. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s).....	4
12. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)	4
13. Propostas variantes	5
14. Prazo de manutenção das propostas	5
15. Critério de adjudicação	5
16. Adjudicação por lotes.....	5
17. Critério de desempate.....	5
18. Regras de arredondamento	6
19. Negociações	6
20. Caução.....	6
21. Documentos de habilitação.....	6
22. Regime de Beneficiário Efetivo.....	7
23. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	7
24. Minuta do Contrato	8
25. Outorga do Contrato	8
26. Legislação aplicável.....	8
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	9
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	11
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO	12
ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO.....	13
MAPA DE QUANTIDADES.....	14

1. Identificação do Procedimento

Procedimento Acordo-Quadro **AQ-01/2023** por **Consulta Prévia n.º CPR/AQ/02/23/DCP** que visa o fornecimento e gás natural.

2. Objeto do Procedimento

Aquisição para fornecimento de gás natural, ao abrigo do Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão e Lote 3 – Gás Propano a Granel do **ACORDO-QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS – AQ-01/2023.**

3. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pelo artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A autorização para a abertura foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de Braga, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, sendo, nos termos da norma anteriormente referenciada, será submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo do “Acordo-Quadro para Fornecimento de Gás” da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo-Quadro.

6. Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O concurso é conduzido por um júri composto por três membros efetivos e quatro suplentes.
2. Os pedidos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço <https://www.acingov.pt>.
3. Cabe ao Júri e à Divisão de Contratação Pública prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
4. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os

respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

5. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

7. Preço base

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento, como parâmetro base do preço contratual, é fixado em **1 254 830,98€**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número está dividido em Lotes da seguinte forma:
 - a. **Lote 1: 1 231 597,48€;**
 - b. **Lote 2: 23 233,51€.**
3. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e que limita o preço contratual.
4. No presente fornecimento contínuo de Gás Natural de Baixa Pressão e de Gás Propano a Granel, pretende-se fixar os preços unitários do(s) artigo(s) a concurso.
5. O fornecimento dos bens, resultará da multiplicação das quantidades efetivamente fornecidas e o preço unitário dos bens constantes da proposta adjudicada, **até ao limite máximo do preço contratual.**

8. Fundamentação do preço base

O preço base foi definido com base no preço médio dos preços resultantes do AQ-01/2023 da CIM Cávado para o Lote 1 – Baixa pressão e Lote 3 – Gás Propano a Granel

9. Documentos que constituem a proposta

- a) Declaração elaborada conforme o modelo constante do **Anexo I** do presente Convite.
- b) Proposta com indicação do preço total e preços unitários, dos **bens**, que não devem incluir o IVA, que poderá ser através da apresentação de um orçamento **ou** conforme modelo constante do **Anexo III** do presente Convite.
- c) Lista dos preços unitários elaborada conforme com o **Mapa de Quantidades** anexo ao presente convite, que não devem incluir IVA.

10. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.acingov.pt>.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes, pela plataforma, um recibo eletrónico comprovativo do envio.

3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do ponto 12.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
5. Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente todos os documentos carregados/submetidos** na plataforma eletrónica, sendo que os procedimentos eletrónicos subjacentes devem estar em conformidade com as regras da assinatura eletrónica qualificada, nos termos e de acordo com o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, **designadamente todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente**, mediante a utilização de um certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º daquela lei.
6. Nos casos em que o **certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura**, deve o concorrente submeter na plataforma, juntamente com a proposta, um documento indicando comprovadamente o poder de representação e a assinatura do assinante, em cumprimento do n.º 7 do mencionado artigo 54.º. (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
7. Os certificados a que se refere os números anteriores são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
8. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas é motivo de exclusão.
9. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
10. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais.

11. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

12. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão entregues até às **18 horas do 6º dia após a data de envio do presente convite**.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.¹

13. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

14. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de **90 (noventa)** dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

15. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
 - a. **Monofator – o mais baixo preço por Lote**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
 - b. Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa, a proposta que apresente o menor **preço total, resultante da multiplicação do preço unitário pelas quantidades estimadas** na parcela da energia não regulada.
 - c. O resultado da proposta apresentada nos moldes referidos no ponto anterior, **serve para a avaliação e ordenação de propostas**, sendo que o(s) valor(es) do(s) contrato(s) **não pode(m) ser superior(es) ao preço contratual**.

16. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar propostas para um, para vários ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

17. Critério de desempate

Se por via da aplicação dos critérios definidos nos números anteriores se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a

¹ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

promover pelo júri. A sessão para a realização do referido sorteio será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

18. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

19. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

20. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5% do preço total do contrato:
 - a. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Convite, que dele faz parte integrante.
3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

21. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.

- c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do n.º 1 do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".
 - e. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o **código de acesso à certidão permanente** ou da **ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.
2. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
3. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoal singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

22. Regime de Beneficiário Efetivo²

- 1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE³**, ou respetivo código de acesso.
- 2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
- 3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

23. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

- 1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.

² Não aplicável a entidades em nome individual

³ Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. (n.º 2 do art.º 85º do CCP).
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. (n.º 2 do art.º 86º do CCP).
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. (n.º 3 do art.º 86º do CCP).

24. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes à respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP.

25. Outorga do Contrato

Será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

26. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e alterações subsequentes, nomeadamente pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

Despacho:

Aprovo o presente convite.

Braga, 23/10/23

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽⁴⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **CPR/AQ/02/23/DCP - Aquisição de fornecimento de gás natural, ao abrigo do ACORDO-QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS – AQ-01/2023 (Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão e Lote 3 – Gás Propano a Granel)** ⁽⁵⁾, e, do caderno de encargos do acordo-quadro da ESPAP, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁶⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁷⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

⁽⁴⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽⁵⁾ Escolher qual dos lotes a que concorre, se não concorrer aos dois.

⁽⁶⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁷⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽⁸⁾.

⁽⁸⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽⁹⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento **CPR/AQ/02/23/DCP - Aquisição de fornecimento de gás natural, ao abrigo do ACORDO-QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS – AQ-01/2023** (Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão e Lote 3 – Gás Propano a Granel) ⁽¹⁰⁾, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹¹⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽¹²⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹³⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽¹⁴⁾]

⁽⁹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽¹⁰⁾ Escolher qual dos lotes a que concorre, se não concorrer aos dois.

⁽¹¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹²⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽¹³⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO

1. (nome, número de documento de identificação¹⁵ e morada), na qualidade de representante legal de ¹⁶ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **CPR/AQ/02/23/DCP - Aquisição de fornecimento de gás natural, ao abrigo do ACORDO-QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS – AQ-01/2023** (Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão e Lote 3 – Gás Propano a Granel) (¹⁷), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que se obriga a executar o fornecimento, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias previstos no caderno de encargos, pelo **preço contratual de €** (..... euros), nos termos do disposto do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, o qual acresce imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de %, e cujo os preços unitários são devidamente identificados no Mapa de Quantidades constante da proposta apresentada.

Lotes:

- ☐ **Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão;**
- ☐ **Lote 3 – Gás Propano a Granel**

[Local], [data] [Assinatura (¹⁸)]

(¹⁵) Indicar o n.º do BI ou do CC

(¹⁶) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(¹⁷) Escolher qual dos lotes a que concorre, se não concorrer aos dois.

(¹⁸) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2,5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



MAPA DE QUANTIDADES

Parcela não Regulada				Parcela Regulada		Valor Total da energia			
Valor Total de energia		Asses ENEC + taxa de ocupação da Sublo + Capacidade + EP (+)							
Nome da instalação	Código Universal Instalação	Morada do CUI	Código Postal do CUI	Consumo (kWh) ⁽¹⁾	Nível de Pressão	Escalão	Preço Base Energia (Gás) (€/kWh)	€	€
								Total	
Centro Escolar Nua	PT16010000027294K	Rua de Cazeiro	4700-116	126	3 313	Baixa Pressão	Escalão de consumo 1 (0 a 220 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000332143C	Rua Dom Afonso Henriques, 17	4700-030	524	7 857	Baixa Pressão	Escalão de consumo 2 (221 a 500 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000253544Q	Rua Trilões de Sousa	4715-246	378	5 396	Baixa Pressão	Escalão de consumo 2 (221 a 500 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT16010000063620DD	Rua Luís de Campos	4700-394	1 215	14 219	Baixa Pressão	Escalão de consumo 3 (500 a 1000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000516664Z	Av. do Estado	4700-441	5 856	82 886	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT1601000005562294S	Rua da Escola Nova	4710-059	3 586	60 216	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000570669VE	Av. João Paulo II	4715-615	1 162	16 478	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000724678E1	Rua da Nua	4700-137	81 043	705 824	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000186411C7	Prac. Conde de Aguiar	4700-312	26 087	388 376	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000353525T	Rua de São Jerónimo	4700-252	15 469	219 477	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
Escola Secundária Alberto Sampaio	PT160100000118412W5	R. João Cruz	4715-213	43 686	2 479 311	Baixa Pressão	Escalão de consumo maior ou igual a 100 001 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000293373L2	Rua Alvaro Carneiro	4715-588	8 311	94 669	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000421569FC	Rua André Soares	4715-002	1 833	27 466	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000453113A5	Rua Fundação Gulbenkian, 00010	4710-394	4 230	136 448	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000453113A5	Travessa do Tava	4710-448	629	9 126	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000501199AP	Avenida Odo São Costeiro	4700-235	9 502	136 448	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000294519W6	Rua da Restauração	4710-408	17 631	264 465	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT1601000003003039H	Rua Oscar Dias Pereira	4710-081	1 809	25 778	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT1601000003003037N	Rua Oscar Dias Pereira	4710-081	5 583	83 746	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT1601000003003037N	Rua 25 de Abril	4710-913	3 752	53 257	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
Escola Secundária Sá de Miranda	PT1601000003003037N	Rua Dr. Domingos Soares	4700-256	14 069	209 886	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000503037N	Rua Dr. Domingos Soares	4700-256	3 401	36 022	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000503037N	Rua Cima da Vila, 5.ª Palmela	4700-727	47 136	687 414	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000503037N	R. João Nascimento dos Santos, 38	4710-078	16 855	238 754	Baixa Pressão	Escalão de consumo 4 (1 001 a 10 000 m³/ano)	0,00 €	0,00 €
	PT160100000503037N	Largo Paulo Oliveira, 1.ª	4700-036	2 664	22 244	Baixa Pressão	Escalão de consumo entre os 10 001 e 100 000 m³/ano	0,00 €	0,00 €
	PT160100000503037N				41 416				
	PT160100000503037N								
	PT160100000503037N								
	PT160100000503037N								
	PT160100000503037N								
Piscina de Taboara		Rua da Soara Nº20	4705-630	17 010	179 456	Gas preparado a granel	101 Terça (0-1450m³/ano) 101 Propeno	0,00 €	0,00 €
				320 546	6 261 539				0,00 €

CADERNO DE ENCARGOS

ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DO CÁVADO

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	3
1. Objeto.....	3
2. Definições.....	3
3. Forma e documentos contratuais	4
4. Prazo do contrato.....	4
5. Alterações ao contrato	5
6. Obrigações principais do adjudicatário.....	5
7. Patentes, licenças e marcas registadas	6
8. Obrigações da entidade adjudicante	6
9. Preço contratual	6
10. Condições de pagamento.....	7
11. Boa-fé.....	8
12. Uso de sinais distintivos.....	8
13. Penalidades contratuais.....	8
14. Dever de sigilo	9
15. Proteção de dados pessoais	9
16. Força maior.....	10
17. Sanções.....	10
18. Resolução por parte da entidade adjudicante	10
19. Resolução por parte do adjudicatário	11
20. Foro competente	11
21. Subcontratação	11
22. Cessão da posição contratual.....	12
23. Comunicações e notificações	12
24. Local do fornecimento do Gás Natural	12
25. Gestor do Contrato	12
26. Comunicações e notificações	13
27. Contagem dos prazos	13

28. Cláusula arbitral e foro competente	13
29. Legislação aplicável.....	13
Parte II – Cláusulas Especiais	13
30. Especificações técnicas.....	13
31. Outras especificações técnicas	14

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. O contrato a celebrar tem como objeto a aquisição, ao abrigo do **Lote 1 – Gás Natural – Baixa pressão e Lote 3 – Gás Propano a Granel do ACORDO-QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS – AQ-01/2023**, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP), dos seguintes bens:

Lote 1 – Baixa pressão, compreendendo os seguintes escalões:

- i. Escalão de consumo 1 (0 a 220 m3/ano);
- ii. Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano);
- iii. Escalão de consumo 3 (501 a 1.000 m3/ano);
- iv. Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano);
- v. Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano;
- vi. Escalão de consumo maior ou igual a 100.001 m3/ano.

Lote 3 – Lote 3 – Gás Propano a Granel.

2. Procedimento **CPR/AQ/02/23/DCP**.
3. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de fornecimento de gás natural.

2. Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

CCP – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;

Contrato – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

Gestor do contrato – Responsável único, nomeado quer pela entidade adjudicante quer pelo cocontratante para gestão do contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro;

CC-CIMC - Central de Compras da CIMC, criada através de deliberação, de 25 de novembro de 2014, do Conselho Intermunicipal da CIMC, ao abrigo do disposto no artigo 260.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, com o objeto e atribuições definidos no seu Regulamento Orgânico e de Funcionamento;

Acordo Quadro – Acordo Quadro AQ-01/2023 para o fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental, ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual subjacente;

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;

kWh – Kilowatt/hora, quantidade de energia consumida;

Entidade Adjudicante – Município de Braga;

Adjudicatário – entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato;

Nível de serviço – Contrato que especifica os níveis de serviço ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adquirente, nomeadamente, a disponibilidade da infraestrutura e comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc; o mesmo que Service Level Agreement (SLA).

3. Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

4. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até **31 de dezembro de 2024**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
 - a. O prazo indicado no número anterior, inicia-se com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o

contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

5. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

6. Obrigações principais do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Para além das obrigações previstas no caderno de encargos do Acordo Quadro, constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a. Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as Características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e as especificações do presente caderno de encargos;
 - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais necessários e adequados à execução do contrato;
 - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossíveis o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante ou nos termos do Acordo Quadro;
 - d. Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;
 - e. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;

- f. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

7. Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

8. Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

9. Preço contratual

- 1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto seguinte, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente fornecidas e o preço unitário dos bens constante da proposta adjudicada**, que em caso algum, **não podem ser superiores ao estabelecido na fase de seleção do acordo-quadro e respetivas revisões**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O preço referido no número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior a **1 254 830,98€** (valor sem IVA).
- 3. O preço referido no número está dividido em Lotes da seguinte forma:
 - a. **Lote 1: 1 231 597,48€;**
 - b. **Lote 2: 23 233,51€.**
- 4. O preço máximo definido no ponto anterior, **inclui as tarifas definidas** legalmente, e considerados como parcela regulada de energia que são aprovadas pela ERSE e estejam em vigor no período de faturação (Acesso ERSE + taxa de ocupação de Subsolo + Capacidade + ISP).
- 3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo nomeadamente as despesas

- de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização na prestação dos serviços, de patentes, licenças ou marcas registadas.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, de acordo com os consumos efetuados por cada CUI.
 5. Os preços de gás natural constantes dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro poderão ser objeto de revisão, nos termos previstos no respetivo Acordo-Quadro.

10. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **30 dias**, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaelectronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2022 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt (Despacho 49/2022 – XXIII de 24/05/2022).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
4. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas e serviços prestados.
5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos fornecimentos mensais.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o

adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
9. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
10. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

11. Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

12. Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

13. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

14. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

15. Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

16. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

17. Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro.

18. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

19. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

20. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

21. Subcontratação

1. O contrato tem carácter intuitu personae, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

22. Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no caderno de encargos do Acordo Quadro para Fornecimento de Gás.

23. Comunicações e notificações

4. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

24. Local do fornecimento do Gás Natural

1. O fornecimento objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga, cujas moradas constam do **Mapa de quantidades anexo ao presente procedimento**.
2. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega (CUI) ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
3. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
4. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.
5. Não são consideradas alterações ao contrato:
 - a) A redução ou aumento do número de pontos de entrega;
 - b) Aumento ou diminuição do consumo.

25. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

26. Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, para o Gestor do Contrato.

27. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

28. Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro para Fornecimento de Gás.

29. Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro, do CCP e demais legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

30. Especificações técnicas

Escalão	Nome da Instalação	Código Universal Instalação	Morada do CUI	Código Postal do CUI	m3 (12 meses) Valores Estimados
Escalão de consumo 1 (0 a 220 m3/ano)	Centro Escolar Naia	PT1601000000279726AK	Rua do Cruzeiro	4700-116	125
Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano)	CRE	PT1601000000330141XC	Rua Dom Afonso Henriques, 17	4700-030	524
Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano)	Centro Escolar Lamações	PT160100000028394WD	Rua Irmãos de Sousa	4715-246	378
Escalão de consumo 3 (500 a 1000 m3/ano)	Jardim Infância Quinta da Veiga	PT1601000000095392QD	Rua Luis de Campos	4700-394	1 215
Escalão de consumo 3 (500 a 1000 m3/ano)	Quartel dos Bombeiros	PT16010000000518988KZ	Avº do Estádio	4700-441	5 856
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Centro Escolar de Gualtar	PT16010000000559228NG	Rua da Escola Nova	4710-059	3 598
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Complexo Desportivo da Rodovia	PT16010000000570999VE	Av. João Paulo II	4715-615	1 162
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	Piscinas de Maximinos	PT16010000000124616ET	Rua da Naia	4700-137	61 043
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	Pópulo	PT16010000000185411CY	Praça Conde de Agrolongo	4700-312	25 087
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	Centro Escolar S. Frutuoso	PT16010000000342932ST	Rua de São Jerónimo	4700-292	15 469
Escalão de consumo maior ou igual a 100.001 m3/ano	Piscinas da Rodovia	PT16010000000119410WS	R. João Cruz	4715-213	43 686
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	Escola Secundária Alberto Sampaio	PT16010000000293312LZ	Rua Álvaro Carneiro	4715-086	6 311
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	EB 2/3 André Soares	PT16010000000421596PG	Rua André Soares	4715-002	1 833
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	EB 2/3 André Soares	PT16010000000467550MG	Rua André Soares	4715-002	9 502
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian	PT16010000000102962TN	Rua Fundação Gulbenkian, 90010	4710-394	4 230
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	EB 2/3 Francisco Sanches	PT16010000000433130AS	Travessa do Taxa	4710-449	629
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Escola Secundária Maximinos	PT16010000000608199WP	Avenida Orósio São Caetano	4700-235	9 502
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Escola Secundária Carlos Amarante	PT16010000000293582PP	Rua da Restauração	4710-428	17 631
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	EB 2/3 Gualtar	PT16010000000294515WK	Rua Oscar Dias Pereira	4710-081	1 809
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	EB 2/3 Gualtar	PT16010000000300830RB	Rua Oscar Dias Pereira	4710-081	5 583
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	EB 2/3 Gualtar	PT16010000000300831RN	Rua Oscar Dias Pereira	4710-081	3 752
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	Escola Secundária D. Maria II	PT16010000000291143VF	Rua 25 de Abril	4710-913	14 069
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Escola Secundária Sá de Miranda	PT16010000000303019GS	Rua Dr Domingos Soares	4700-295	2 401
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Escola Secundária Sá de Miranda	PT16010000000303020GQ	Rua Dr Domingos Soares	4700-295	47 138
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	EB 2/3 Palmeira	PT16010000000531268SN	Rua Cimo da Vila, 5- Palmeira	4700-727	16 855
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano)	Unidade Saúde Gualtar	PT16010000000551037RR	R. João Nascimento dos Santos 38	4710-078	1 484
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	Unidade Paulo Orósio	PT16010000000382932YA	Largo Paulo Orósio, 1º	4700-036	2 664
T01 Tercia (>1450m3/ano) T01 Propano	Piscina Tebosa	Contador 4068247	Rua da Seara Nº20	4705-630	17 010
					320 546

31. Outras especificações técnicas

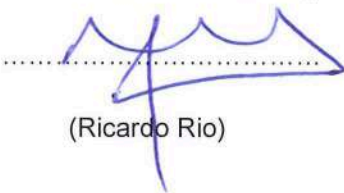
- O fornecimento é contínuo e implica ligação à rede canalizada de distribuição de Gás Natural para as instalações e nos termos indicados pelas entidades adquirentes.
- As entidades fornecedoras deverão disponibilizar os serviços adequados, reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, que deverá assegurar:
 - Contactos telefónicos específicos (por assunto), durante os dias úteis no período das 09h00 às 17h30;
 - Um endereço de correio eletrónico;
 - Número de emergência para contacto telefónico, disponível 24 horas por dia;
 - Os serviços de um piquete de emergência disponível 24 horas por dia; e
 - O registo, com um identificador único, de qualquer ocorrência comunicada.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 23 / 10 / 23

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)